

Amazônia Século XXI

Representantes defendem aplicação da Convenção da Biodiversidade

No segundo dia de debates do Seminário Amazônia Século XXI, realizado no auditório Ne-reu Ramos da Câmara dos Deputados, as discussões giraram em torno da biodiversidade e da pirataria que se instalou nas florestas brasileiras para exploração do seu potencial genético. Contra esta prática os palestrantes são unânimes sobre a urgente necessidade de se aplicar os dispositivos da Convenção da Biodiversidade, da criação de instrumentos legais que estabeleçam o uso correto das riquezas daquela região, do respeito aos conhecimentos das comunidades ribeirinhas e indígenas que são a base das experiências científicas, e ainda, do estabelecimento de um compromisso ético entre os países interessados na exploração sustentável.

No que se refere à responsabilidade do Poder Executivo, o diretor do Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente, Bráulio Ferreira de Souza Dias, fez uma breve explanação do potencial de biodiversidade do Brasil, destacando que 10% de toda a biodiversidade do mundo está localizada no Brasil, sendo que este percentual só tende a aumentar diante da rápida devastação das florestas do planeta.

Segundo ele, nossa biodiversidade é de um valor inestimável, a qual temos que dividir com os países amazônicos. “Embora não estejamos tão desenvolvidos neste setor, o Brasil tem procurado proteger sua biodiversidade, se debruçando sobre os problemas do Arco do Desmatamento, onde se concentra a devasta-



O cacique Santiê, da tribo Funil-ô, e o ex-presidente da Funai, Márcio Santilli, participam dos debates do seminário, em sessão presidida pelo deputado Salomão Cruz

ção”, observou Dias. Ele também apontou avanços no programa Genoma e nas pesquisas do Programa Proteoma, que irá estudar as proteínas. “O governo também recebeu doação de instituições internacionais para a ampliação e consolidação de áreas de preservação; firmou parceria entre o Ministério do Meio Ambiente e o do Planejamento para avaliação do custo benefício dos projetos de investimentos e ainda temos lutado para gerar incentivos econômicos e facilidades de acesso creditício aos projetos deste setor”, relatou o representante do ministério, admitindo, no entanto, que o Brasil ainda não trata a biodiversidade como valor estratégico, que os investimentos são muito baixos e que os progressos são lentos em relação à pirataria.

Eco-92

A senadora Marina Silva (PT-AC) entende que estas deficiên-

cias são fruto da não aplicação dos dispositivos da Convenção da Biodiversidade, instrumento elaborado na Eco-92, ratificado por 180 países e assinado pelo Brasil em 93. Segundo ela, as discussões se ampliaram por alguns anos, mas estacionaram em função de ações do próprio governo que impedem a sua plena efetivação.

“Não há compromisso ético que una o Brasil aos países interessados em explorar seus recursos. Eles têm a técnica e nós a matéria-prima e, em vez de firmarmos parceria com ganhos iguais para todos, ainda somos tratados como quintal dessas nações. Deveria haver um esforço do Congresso, do governo e pressão da sociedade para um acordo mais justo e para a manutenção da ética. Esforço ético é, aliás, o que irá alavancar o mundo para o uso sustentável dos recursos naturais”, criticou Marina Silva.

Patrimônio genético é estimado em R\$ 4 trilhões

O deputado Ricarte de Freitas (PSDB-MT), um dos debatedores do evento, afirmou que reconhece a existência de quatro tipos de “valores” da biodiversidade: éticos, estéticos, ecológicos e econômicos. Ele disse que levantamentos realizados por instituições de pesquisa na Amazônia dão conta de que o extravio anual de material genético na região é de cerca de 20 mil amostras e não há estratégia nacional para re-

verter este quadro. Ele informou que o Ibama divulgou em 2000 o resultado de um estudo que avalia em pelo menos R\$ 4 trilhões o valor do patrimônio genético nacional. “É um valor quase quatro vezes maior que o PIB brasileiro”, observou. Ricarte de Freitas acredita ser este o momento adequado para discutirmos o processo de implementação da Convenção da Biodiversidade.

Participaram também dos debates

sobre o futuro da Amazônia os conferencistas Gisela Santos de Alencar, membro da Comissão de Direito Ambiental da União Mundial para Conservação da Natureza-IUCN; Juliana Santilli, membro do Instituto Social Ambiental; Roberto Kishinami, representante do Greenpeace; Charles Clement, coordenador das Ações Estratégicas do INPA; Adriana Ramos, do Instituto Sócio-Ambiental, e o deputado Antonio Feijão (PSDB-AP), que presidiu as discussões.